



A PRÁTICA AVALIATIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR

Maria da Conceição Parente Jardim
conceycaojardim@yahoo.com.br
Universidade Regional do Cariri – URCA

Introdução

Historicamente, a simples leitura da palavra avaliação remete-nos a conceitos de quantificação, mediação de valores, comparação, sentimentos e também a uma forte idéia de objetividade e sucesso como metas a serem perseguidas. Essas concepções representam uma lógica culturalmente construída ao longo dos anos e perpassam a idéia do avaliar em suas instâncias.

Como ressalta Garcia (1998), desde seus primórdios, portanto, verificamos na avaliação a predominância de um componente seletivo em detrimento a qualquer aspecto educativo.

No entanto, é inegável que foi com a modernidade, com o esforço da institucionalização das universidades e da escola formal propriamente dita, que esses conceitos sobre o avaliar acentuam-se. Com essas implementações as críticas às avaliações/exames passam a ser ampliadas e reveladas pelos diversos autores, nos mais diferentes momentos históricos.

Para Diligenti (2003), na concepção “marxista, a avaliação ou exame podem ser considerados um batismo burocrático do conhecimento, que transforma oficialmente o conhecimento ‘profano’ em conhecimento ‘sagrado’”. (p.21). Bourdieu (1992), apud Diligenti (2003) questiona a “ilusão da neutralidade e independência da escola em



relação às estruturas da sociedade dividida em classe e o papel excludente que o exame/avaliação desempenha nesse processo. Verificamos, portanto, que não é recente a problemática do avaliar e suas interpretações definem concepções históricas, sociais, culturais.

A avaliação da aprendizagem percorre diversos caminhos e concepções que, no seu modo de representação, também ilustra momentos históricos e relações sociopolíticas e culturais. Ao pesquisar a avaliação estamos também conhecendo as formas e os objetivos de projetos pedagógicos e, por conseqüências, a leitura da educação nestes contextos.

Com este estudo, tivemos a oportunidade de entender como vem sendo desenvolvida a prática formativa dos docentes na Universidade Regional do Cariri, bem como, perceber as estratégias de ensino para identificar os fatores que dificultam o sucesso dos alunos. Decidimos fazer um estudo sobre a avaliação da aprendizagem, destacando os recursos utilizados para esta prática e as perspectivas de mudanças e reconceituação dos processos como parte da aprendizagem.

Portanto, a avaliação, inserida num contexto abrangente entre educação e realidade, deve ser conduzida rumo à práxis educativa e à reflexão dialética. As universidades, ao submeterem-se aos métodos mecânicos e objetivos, perdem a perspectiva de avaliação como crescimento emancipatória. A avaliação nesse contexto, exerce influência significativa na construção do conhecimento, pois como prática reflexiva constitui-se processo que define significativamente a formação de educadores. Por outro lado, é necessário observar a atuação dos docentes nas suas estratégias de ensino para melhor compreenderem a concepção dos discentes sobre determinados objetos de estudo.





Os docentes precisam questionar-se quanto aos seus critérios avaliativos, perceber se os mesmos estão contribuindo para uma formação acadêmica cidadã. Se por meio desta proposta os estudantes se identifiquem com o meio em que estão inseridos, percebendo as diferenças e os agravantes sociais e sentindo-se parte responsável pelas transformações.

A universidade tem o papel de conscientizar e produzir essas transformações, formando profissionais qualificados, competentes e construtores reflexivos da ciência e tecnologia.

Fundamentação Teórica

Definir a avaliação na educação superior pressupõe refletir sobre a prática pedagógica empregada e repensar valores e conhecimentos a serem desenvolvidos contextualizados. Nunca é demais lembrar que a avaliação é um mecanismo ligado a tantos outros para obtenção, manutenção ou ampliação da hegemonia. Os usos e efeitos políticos da avaliação se vinculam, pois, à formação e aos destinos da sociedade e da nação.

Os efeitos pedagógicos da avaliação, sendo também políticos, citado por Sobrinho (2003) aqui são destacados para se referir enfaticamente às dimensões mais específicas do currículo, da produção e reprodução do conhecimento, da organização do processo ensino aprendizagem, das relações interpessoais e outros, enquanto elas têm sentido, portanto intencionalidade, e força educativas ou formativas. Neste sentido a avaliação objetiva a melhora das funções propriamente educativas de uma instituição.

A avaliação não é, portanto, um processo autolimitado, que basta a si mesmo. Visando tornar mais visível



e compreensível o cotidiano de uma instituição, a avaliação ultrapassa amplamente o âmbito mais restrito do objeto a avaliar e lança seus efeitos sobre o sistema de educação superior e suas funções relativamente à construção da sociedade.

A avaliação ilumina e instrumentaliza as reformas educacionais, desde as mudanças nos currículos, maneiras de organização dos cursos e formas de gerenciais, até as novas estruturas do sistema. Essas reformas respondem a interesses sóciopolíticos determinados predominantemente pelas forças hegemônicas e, nas sociedades pluralistas de democráticas, quase sempre estão eivadas de contradições.

Como reforça Sobrinho (2003) que a avaliação está no centro das reformas, no foco das competições que se travam no campo da educação e se referem às disputas mais amplas pela construção de tipos distintos de sociedade. Mesmos os números e estatísticas de uma avaliação, que fornecem os dados básicos das hierarquizações, muitas vezes tidos e havidos como neutros, também eles se inserem nesse amplo horizonte social e político.

Para que essa avaliação torne-se uma prática democrática, precisa estar a serviço de uma educação que se preocupe com a transformação da sociedade e não uma educação que tenda a reproduzi-la. Como afirma Esteban(2002) “a transformação no processo de avaliação se configura no âmbito de um movimento mais amplo de reconstrução do sentido da escola e se articula ao movimento global de redefinição das práticas sociais” (p. 26 e 27).

A compreensão de um fenômeno educativo requer a combinação de diversas perspectivas de análise. Por outro lado, a educação tem profundo interesse social e,



portanto, as ações educativas devem acatar os valores democráticos do respeito à alteridade.

A aprendizagem é uma das mais importantes dimensões da educação. Nos processos avaliativos, precisamos adotar uma perspectiva que dê conta de compreender vários aspectos da complexidade da totalidade desse fenômeno. Aprendizagem não se reduz os seus elementos visíveis, isto é, àquilo que pode ser demonstrado, e tampouco se limita aos objetivos práticos mais imediatos. Dentro de uma visão global da educação como um bem público, as aprendizagem não têm interesse somente pragmático e operativo.

Para Habermas (1987) apud Sobrinho (2003) sustenta a idéia da multidimensionalidade das aprendizagens:

Os processos de aprendizagem universitária não só mantêm a sua interação com a economia e a administração, como também continuam em estreita ligação com a função de reprodução do mundo da vida. Para lá de prepararem para a carreira acadêmica, a prática que propiciam de uma forma de pensamento científico permite-lhes dar o seu contributo para o processo geral de socialização; para lá do saber especializado, contribuem para a formação crítica intelectual, com as suas leituras fundamentadas nos acontecimentos atuais e as sua tomadas de posição política objetivas; para lá da reflexão sobre métodos e fundamentos, contribuem, com as ciências humanas, para uma continuidade hermenêutica das tradições, e com as teorias da ciência, da moral e da arte e literatura para a formação de uma consciência própria das ciências no âmbito geral da cultura. E é ainda a forma universitária de organização dos processos de aprendizagem científicos que permite que as disciplinas especializadas, para além de preen-



cher estas diversas funções, simultaneamente se enraízem no mundo da vida. (p. 166,167).

Para além das aprendizagens técnicas, cujos conteúdos costumam serem cobradas nos exames, as instituições educativas têm a responsabilidade socialmente atribuída da formação para a cidadania e o exercício consciente da democracia.

Avaliar como afirma Hadji (1994) apud Sobrinho (2003), “é uma operação fundamental multidimensional”. (p.173).

A avaliação educativa contribui significativamente para a compreensão, portanto, a produção de sentidos do fenómeno educativo e de sua finalidade essencial que é a formação no sentido pleno. Desta forma a avaliação e a educação não se repelem, ao contrário, mantêm entre si uma relação sinérgica.

Como afirma Sobrinho(2003), “a avaliação é uma prática social orientada, sobretudo para produzir questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenómeno educativo”. (p.177). O sentido educativo da avaliação se potencia ainda mais quando os próprios agentes de uma instituição se assumem como protagonista da tarefa avaliativa.

Como cita Ardoino (2000) apud Sobrinho (2003), diferentemente do controle “a avaliação é explicitamente multirreferencial e intersubjetiva, na medida em que passa obrigatoriamente por testemunhos e representações”. (p.177). É então essencialmente ética e se instaura nos processos sociais de comunicação.

A avaliação na perspectiva da formação do cidadão propõe uma ruptura com essas visões tradicionais, funcionalistas que permeiam a educação e consequente-



mente as práticas pedagógicas decorrentes delas. Como afirma Esteban (2002):

É a prática de nossa existência se construindo a partir da avaliação que fazemos de nós mesmos e das incorporações que fazemos a partir da percepção atuação do outro conosco, de tal forma que assim como sofremos a interferência do outro também interferimos na realidade do outro. (p.132).

Realidade esta entendida como construção social, como, compreensão da ação humana concreta e contextualizada em que as tentativas de compreensão e apreensão do mundo têm sentido naquele momento, naquele grupo e é na investigação dessas tentativas de desvelamento que precisamos intervir.

Para tanto, a atividade avaliativa deve ser identificada como uma das mais difíceis tarefas da função docente e que, portanto, necessita ser bem desempenhada, pois esta ação está relacionada a diversos fatores e determinantes da formação de professores e assim, irá repercutir na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem de maneira positiva ou negativa.

Através da avaliação poderão se constatar no indivíduo os conhecimentos e habilidades necessárias para se atingir novas aprendizagens, bem como, acompanhar os resultados alcançados durante o desenvolvimento de determinadas atividades e após este percurso pode-se classificar o indivíduo de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos por um programa. Questiona-se neste caso, a adaptação de um modelo avaliativo que busque, sobretudo comparar resultados, explorar saberes e que contribua para a construção do conhecimento científico valorizando os seguimentos ensino, pesquisa e extensão, visto que, se destina a



atender grupos diferenciados de acordo com o contexto sócio-econômico em que estão inseridos. Como afirma Esteban(2002) necessitamos...

Construir uma avaliação capaz de dialogar com a complexidade do real, com a multiplicidade de conhecimentos, com as particularidades dos sujeitos, com a dinâmica individual/coletivo, com a diversidade de lógicas, dentro de um processo costurado pelos múltiplos papéis, valores e vozes sociais, perpassado pelo confronto de interesses individuais e coletivos. (p.25).

As universidades, ao submeterem-se aos métodos mecânicos e objetivos, perdem a perspectiva de avaliação como crescimento emancipatória. A avaliação nesse contexto, exerce influência significativa na construção do conhecimento, pois como prática reflexiva constitui-se processo que define significativamente a formação de educadores. Portanto, é necessário observar a atuação dos docentes nas suas estratégias de ensino para melhor compreenderem a concepção dos discentes sobre determinados objetos de estudo.

Metodologia

A pesquisa teve como lócus de investigação os cursos de Licenciatura Plena da Universidade Regional do Cariri na cidade de Crato-Ce. Foi utilizado o método observacional, uma pesquisa qualitativa e quantitativa que se propõe a investigar, analisar a avaliação como instrumento de permanente diálogo entre teoria e prática. O grupo de estudos foi formado pelos alunos da universidade matriculados nos cursos de graduação e dos professores efetivos de cada departamento. Num primeiro



momento, foi levantado o número de alunos devidamente matriculados em cada curso e dos professores regulares em cada departamento. Em seguida, foram pesquisados 5% dos alunos de cada curso e 5% dos professores de cada departamento. Foram utilizados questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados com os alunos de cada curso; observação para captar aspectos importantes da prática avaliativa

Resultados e Discussão

Foram utilizadas pesquisas de campo, bibliográficas que possibilitaram as discussões abaixo apresentadas, sendo primeira a identificação dos sujeitos e segundo o resultado sobre a questão da avaliação.

Comprovou-se que 61% dos professores pertencem ao sexo feminino, 39% correspondem ao sexo masculino. Em relação aos alunos verificou-se a predominância do sexo feminino com 56%. Podemos perceber que nas graduações há uma maioria do sexo feminino em relação ao número de alunos. Em relação à idade dos sujeitos pesquisados destacou-se que 36% dos professores possuem idade de 36 e 40 anos, 31% estão numa faixa etária de 31 e 35 anos, 25% correspondem à categoria que está entre 26 e 30 anos e 8% estão entre 41 e 50 anos. Em relação aos alunos percebe-se que 54% possuem idade de 21 a 25 anos, 22% estão numa faixa etária de 26 a 30 anos, 18% corresponde à categoria de 18 e 20 anos e 5% estão entre 31 e 35 anos. Percebeu-se em relação o grau de escolaridade dos professores que 64% dos professores são mestres, 31% são especialistas e 5% são doutores. Necessitando de uma política de formação para a qualificação dos profissionais de acordo com as exigências da



lei, mais oportunidades e vagas nas universidades e programas para garantir a qualificação dos professores. Em relação aos semestre cursados, percebeu-se que 21,10% são alunos do quarto semestre, 16,08% cursam o terceiro semestre, 15,08% cursam o segundo, 14,57% estão no sexto. Destaca-se a receptividade dos alunos nos primeiros semestres dos cursos, talvez na perspectiva de descobrir novos horizontes e realizações.

Em relação os sujeitos pesquisados destacaram os seguintes resultados: que 81% dos professores e 45% dos alunos concordam que a avaliação da aprendizagem qualifica o processo ensino aprendizagem, enquanto 19% dos professores e 57% dos alunos discordam dessa afirmativa. A avaliação como processo diagnóstico, formativo e som ativo, percebeu-se que 75% dos professores e 84% dos alunos concordam, mas, 9% dos professores e 115% dos alunos discordam; Com relação às finalidades da avaliação, 28% dos professores e 34% dos alunos concordam que o processo de avaliação pressupõe apenas resolver as questões a serem respondidas, por outro lado 72% dos professores e 66% dos alunos discordam; Considerando a avaliação com determinante da qualidade do processo de ensino, isto é, o êxito do trabalho do professor e aluno, destacou-se que 86% dos professores e 44% dos alunos concordam que o sistema avaliativo acrescenta informações relevantes para responder as questões propostas, enquanto 14% dos professores e 56% dos alunos discordam. Verificou-se um percentual muito grande de insatisfação por parte dos alunos que as informações não são relevantes; 97% dos professores e 52% dos alunos concordam que a avaliação influencia no processo ensino aprendizagem e 39% dos professores e 48% dos alunos discordam dessa afirmativa. Notou-se que a avaliação só diz respeito ao professor, que o alu-



no não precisa estar inserido nesse processo para que aconteça a aprendizagem. Percebeu-se que o método de avaliar tem acontecido apenas visando e critério ensino, sem comparar resultados, explorar saberes que contribuam para a construção do conhecimento científico valorizando a pesquisa, visto que, se destina a uma clientela específica;

Em relação às questões abertas, obtivemos o seguinte diagnóstico: Percebeu-se que a prática avaliativa empregada na instituição é instrumentalizada por meio de: a) provas: “tradicionalistas” (perguntas e respostas), “provas escritas” e “avaliações objetivas e subjetivas”; b) trabalhos: “sínteses”, “relatórios”, “elaboração de projetos”, “artigos”, “resenhas”, “fichamentos”, “monografias”, “seminários”, “participação em sala”, “debates”, “estágios supervisionados” e “aulas práticas”. Vale ressaltar que as respostas da letra ‘b’ estão mais relacionadas aos cursos de licenciaturas.

Analisando as respostas apontadas de maneira à reconceituar à avaliação e torná-la mais significativa na qualificação do processo ensino aprendizagem, diagnosticamos na visão dos docentes a necessidade de maiores discussões da prática avaliativa na instituição. Na visão dos alunos das licenciaturas há uma necessidade de compreensão maior do fenômeno da avaliação na dimensão formativa, ou seja, fazer da avaliação um meio de contribuição para a obtenção de resultados mais satisfatórios e qualitativos.

Destacou-se algumas falas dos alunos das licenciaturas:

Integrar a avaliação no processo de aprendizagem, ou seja, fazer dela um método de se construir o aprendizado. (ALUNO);



Juntar teorias presentes em tais avaliações com ações práticas, assim seria mais proveitoso e proporcionaria maior aprendizado. (ALUNO);

Fazer da avaliação um instrumento da própria aprendizagem, assim esta passaria a ser um processo de construção do aluno. (ALUNO);

Ver a avaliação como parte integrante e contínua do aprendizado e não apenas como termômetro para medir a assimilação e compreensão do aluno. (ALUNO).

Na visão dos alunos dos bacharelados, que cursam graduações mais específicas há uma maior preferência ao método avaliativo por meio da técnica. Abaixo, algumas das falas dos sujeitos:

A prova técnica é necessária para podermos constatar o nosso grau de aprendizagem. (ALUNO)

O professor precisa cobrar mais do aluno para que estes possam atingir um nível mais elevado na aprendizagem. (ALUNO)

Acho correto o professor exigir bastante, assim os alunos consegue construir a aprendizagem. (ALUNO)

Sobre como o docente utiliza os resultados da avaliação na sua prática diária percebeu-se que na opinião dos professores a avaliação é trabalhada em suas dimensões diagnóstica, formativa e somativa percebendo-a como processo de qualificação da aprendizagem. Destacou-se algumas falas dos sujeitos:

Fazendo com que o aluno se conscientize de que precisa constantemente se auto-avaliar e buscar estudar mais para se ter um bom desempenho nas discussões em sala. (PROFESSOR)



Em todos os momentos o professor pode estar utilizando os resultados da avaliação em sala, visto que possuindo a avaliação uma carga prática atrelada à reflexão, este percebe onde estão os erros e acertos, tanto dos alunos quanto seus. (PROFESSOR)

Na opinião dos alunos das licenciaturas notou-se que apesar de muitos pesquisados deixarem de responder ao item, aqueles que o fizeram manifestaram um descaso por parte dos professores na utilização desses resultados. Segundo eles, não há uma reflexão sobre a perspectiva de ter acontecido ou não a aprendizagem, ou mesmo, se a prática avaliativa contribuiu para a qualificação desse processo. Na visão dos alunos dos cursos de bacharelado existe uma carência na cobrança do professor sobre o aluno em relação aos conteúdos e produções acadêmicas. Para eles os professores precisam exigir mais para que os alunos possam produzir mais e tornarem-se profissionais mais comprometidos, responsáveis e qualificados. Assim, verificou-se que os acadêmicos dos bacharelados percebem a avaliação apenas na dimensão somativa, o que muito dificulta a construção de uma avaliação democrática e emancipatória.

Considerações

Considerando o contexto da avaliação da aprendizagem na situação real da universidade, diagnosticamos algumas falhas na prática avaliativa dos docentes dos cursos de graduação desta instituição superior, que possivelmente podem estar influenciando negativamente o processo de ensino e de aprendizagem dos discentes.

Destacamos que a avaliação diagnóstica tem como propósito detectar dificuldades de aprendizagem tentan-



do identificar suas causas, portanto, precisa ser mais evidenciada, pois percebemos certas carências que poderão ser causa de problemas na aprendizagem, tais como, a compreensão do professor em relação às necessidades dos alunos, a falta de integração e diálogo entre ambos. Destacamos a avaliação formativa que tem com propósito informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares, como também, localizar deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos.

Percebemos que os professores e alunos destacam a avaliação como um processo que permite verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, ela permite também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de ensino. Nesse sentido, a avaliação tem uma função de realimentação dos procedimentos de ensino à medida que fornece dados ao professor para replanejar seu trabalho docente, ajudando-o a melhorar o processo ensino aprendizagem.

Existe uma relação entre o processo de avaliação e o processo de aprendizagem, visto que, a aprendizagem é um percurso trilhado pelo professor e o aluno. Para se atingir os objetivos traçados são necessários contar com um processo avaliativo de qualidade. Assim, a avaliação passa a ser parte integrante e fundamental desse processo.

Comparando os instrumentos empregados na avaliação da aprendizagem pelos docentes dos cursos de licenciatura da Universidade Regional do Cariri – URCA com o referencial teórico constante nos artigos do Regimento Geral da referida universidade, que dizem respeito à avaliação do rendimento escolar, percebeu-se que



pelo Regimento Geral, a avaliação da aprendizagem deve ocorrer mediante dois aspectos: assiduidade e eficiência. O primeiro aspecto é entendido como a frequência às aulas ministradas em um percentual de 75% da carga horária referente a cada disciplina. O segundo aspecto mede o grau de aplicação aos estudos em cada disciplina. A avaliação pela eficiência envolve sobretudo a capacidade de domínio dos conteúdos numa perspectiva teórica e prática sob testes aplicados de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

Embora, o método avaliativo das IES seja desenvolvido mediante elementos estabelecidos em regimentos ou projetos políticos pedagógicos, estes precisam ser criticados, discutidos, complementados e muitas vezes reformulados segundo os avanços tecnológicos e atuais. É necessário haver uma leitura em cima da intencionalidade e atualidade destes, percebendo que o progresso e as transformações sociais são condicionantes na modificação de tais elementos que precisam atender às necessidades (individuais e coletivas) atuais. A sociedade, o mercado de trabalho, as relações humanas mudam, em decorrência do progresso tecnológico e social, portanto, as universidades precisam mudar para desempenhar seu papel com qualidade na sociedade. A falta de discussão em relação ao papel da avaliação no desenvolvimento intelectual e social dos discentes nos faz perceber onde se encontram algumas das causas do fracasso do sistema educacional brasileiro, visto que, é nas universidades onde se formam os futuros profissionais que irão atuar na educação básica.



Bibliografia

ABREU, Maria Célia de; MASETTO, Marcos Tarciso. **O Professor Universitário em Aula**. 6ª Edição. São Paulo: MG Ed. Associados. 1987.

BALLESTER, Margarita. **Avaliação como Apoio à Aprendizagem**. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ESTEBAN, Maria Teresa. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. 5ª Edição. São Paulo: Ática, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20ª ed. Porto Alegre; Editora Mediação, 1993. Edição revista, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 1998.

Regimento Geral da Universidade Regional do Cariri – URCA, Secretaria de Educação, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.

SOBRINHO, José Dias. RISTIFF, Dilvo I. (orgs.). **Avaliação Democrática – Para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. (orgs.) **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas: Em Diferentes Áreas do Currículo**. 2ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2004.